



BRUXAS DE SALÉM: UMA ANÁLISE PSICO-SOCIAL JURIDICA DOS TRIBUNAIS DAS BRUXAS DE SALÉM

Autor(res)

Gabriel Felipe Lino Lopes Ferreira
Igor Gustavo Moura Sales

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Em 1641 houve a publicação de um documento com força de código legal redigido pelos colonialistas Europeus na Nova Inglaterra e compilado pelo puritano Nathaniel Ward, criando uma legislação guia para os tribunais gerais da época "Massachusetts Body of Liberties". A vila de Salém era uma região de conflitos internos e de interesses diferentes, onde havia brigas entre a vila e a própria cidade de Salém. Ocorriam muitas brigas por questões de poder e privilégios da igreja, disputas de terras e direitos de pastoreiros. Em 1692 a filha do reverendo Parris (Betty Parris) ficou doente, ela tinha 11 anos de idade e tinha ataques de fúria, ataques epiléticos, contorções e chegava a jogar objetos para todos os lugares, o médico local a atestou com o laudo de "eventos sobrenaturais tomando conta das crianças". Assim em 1693 começa as audiências e processos das bruxas de Salém na vila puritana de Salém com o indiciamento de bruxaria de 3 mulheres por amaldiçoar a criança.

Objetivo

Analisar psicologicamente, juridicamente e socialmente o porquê da histeria coletiva ocorrer envolta dos tribunais e demonstrar o que levou a sentenciar varias pessoas inocentes a morte por motivos ínfimos. Explicitando o erros cometidos e que não necessariamente são causas temporais ou por falta de informação, e sim por medo e preconceito com o desconhecido.

Material e Métodos

O caso das tribunais das bruxas de Salém ocorreram em 1693, pela a vastidão de documento histórico que há para se usar de pesquisa, optamos por utilizar somente o que se tem por registrado como legislação vigente da época, que seria uma análise feita pelo os elaboradores do artigo em cima do documento "Massachusetts Body of Liberties". Com o objetivo de deixar a análise mais atual utilizamos de conceitos atuais da psicologia e do direito para um aprofundamento da causa da histeria coletiva ocorrida, utilizando de conceitos de Carlos Gustav Jung, Friedrich Nietzsche, Günther Jakobs, São Tomas de Aquino entre diversos outros autores e artigos base.

Resultados e Discussão

Demonstrada o nexos de causalidade entre a opressão religiosa em concomitância com a misoginia da época com



os absurdos jurídicos, psicológicos e sociais Ficou claro o quão danoso para a sociedade um fanatismo pode vir a ser quando juntada com uma constituição de fraca força normativa e de extremo preconceito instituído em suas leis que chegou até a ser utilizado como arma política. Abrindo espaços para novas discussões sobre atuais movimentos políticos e leis que abrem espaços para acontecimentos como os dos tribunais analisados no artigo.

Conclusão

A forma que a massa social age está associada muito envolta dos que estão no poder e que regem as leis. E a forte arma da opressão é a culpa cristã imposta nos religiosos, que eram boa parte dos participantes da sociedade que fez parte dos incidentes do Tribunais das bruxas de Salém, era a forma mais fácil e eficaz de controle da população. Mais do que somente uma revolta popular o evento foi um exemplo de como uma sociedade que tem como base ideais preconceituosos juntamente com leis que marginaliza os diferentes rivalizando as diversidades de sua população tende a desordem social e caos.

Referências

Massachusetts Body of Liberties, 1641. <https://history.hanover.edu/texts/masslib.html>

BITTENCOURT, Renato Nunes. Bruxas de Salem, ressentimento, moralidade histórica e paranoia social. Revista Espaço Acadêmico — n. 212 — Janeiro/2019.

HALL, Calvin S.; NORDBY, Vernon J. Introdução à psicologia junguiana. tradução de Heloysa de Lima Dantas. — 8. ed.— São Paulo : Cultrix, 2005.

JUNG, Carl G. Psicologia e religião. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Gomes, Antonio Maspoli de Araújo; ALMEIDA, Vanessa Ponstinnicoff de. O Mito de Lilith e a Integração do Feminino na Sociedade Contemporânea. In: Âncora — Revista digital de estudos em religião. Ano II, Vol. II, Junho 2007.

VALENTE, Manuel M. Direito penal do inimigo e o terrorismo : o <<progresso ao retrocesso>>. — 2. Ed.— São Paulo : Almedina, 2016.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera